

# Mineradora não perde concessão ociosa agora

As mineradoras que mantêm serviços de pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais deverão, no prazo de um ano, a partir da promulgação da Constituição, comprovar esse trabalho sob pena de perder a concessão ou a autorização. Segundo uma fusão de emendas aprovada ontem por 355 votos contra nove — a última votação que a Constituinte fez no primeiro turno —, todos os trabalhos de lavra ou pesquisa que não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, ou que estejam inativos, perderão sua validade.

O deputado Lysâneas Maciel, um dos signatários da fusão, ressaltou a importância da matéria, explicando que ela por fim à especulação que algumas empresas, principalmente multinacionais, vêm fazendo com as riquezas minerais. De acordo com Lysâneas, essas empresas ape-

nas mantêm a autorização para que possam negociar com outros países em bases mais favoráveis. "A British Petroleum, por exemplo, que mantém 39% do território brasileiro para pesquisa e lavra, pouco uso faz deste", Maciel declarou que, embora a aprovação não possa ser considerada como uma grande conquista, é válida pois reduz ainda mais o poder das multinacionais.

Ainda dentro da questão mineral, a Constituinte aprovou, por 361 votos contra apenas dois, uma outra fusão de emendas estabelecendo prazo de quatro anos para que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil, titulares de autorização de pesquisa ou concessão de lavras de recursos minerais, cumpram o disposto no artigo 206, do corpo permanente. Ou seja, que se associem a brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional.

GIVALDO BARBOSA



Na Base, Ulysses declarou-se favorável aos 2 turnos, mas garantiu que não está chateado com Sarney

## Manobra faz Jobim ficar na liderança

Bastaram 24 horas para que o deputado Marcos Lima (PMDB-MG) recolhesse 174 assinaturas no documento de apoio à permanência do deputado Nelson Jobim na liderança do PMDB na Constituinte, que entregou ontem ao presidente Ulysses Guimarães. Depois, comemorou: "Dei o troco no Expedito". Referia-se às manobras que o deputado Expedito Machado promoveu para colocar no cargo o deputado Luiz Roberto Ponte (RS), que ele dizia possuir mais de 70 votos na bancada.

Na verdade, Marcos Lima está zangado há muito tempo com parte do grupo governista, pois se sente preterido por um membro mais novo, que é o deputado José Geraldo Ribeiro, como ele, mineiro e do PMDB, mas que ganhou muito destaque nas negociações e articulações feitas pelo Centrão. Mas até a iniciativa de Expedito Machado em lançar Luiz Roberto Ponte, não tinha reagido, mantendo-se nos bastidores.

### REUNIÕES

Contudo, aborreceu-se ao saber que Expedito Machado promoveu diversas reuniões com parte da ala moderada do PMDB, chegando a tentar envolver o ministro Borges da Silveira e outros políticos aos quais não consultou, sobre a sua decisão pessoal de fazer um líder na Constituinte vinculado ao grupo. Mais uma vez, Machado anunciava que estava colhendo assinatura de apoio a Luiz Roberto Ponte, tendo conquistado 70 delas — que, como sempre, não mostrou — quando Marcos Lima saiu em campo, para mostrar que a ala peemedebista a que pertence não tem líder nem porta-voz.

Aborreceu-se também porque Expedito Machado foi ao gabinete do presidente Ulysses Guimarães, acompanhado de José Geraldo Ribeiro, Jorge Viana e outros peemedebistas do Centrão, comunicar que iam bater chapa pela liderança com o nome de Ponte. "Algo que não correspondia à realidade" assegurou.

— Expedito não pode falar em nome dos outros e muito menos envolver até ministros em assuntos que ele apenas patrocina — prosseguiu Marcos Lima, que aproveitou dois fatores importantes para se anteciper na decisão sobre a liderança. Primeiro, sua grande experiência em recolher assinaturas em documentos, como fez seguidas vezes para a liderança do Governo; depois, pelo fato de o plenário, antontem e ontem, contar com uma presença maciça de todos os partidos.

### ASSINATURAS

Começou a tarefa na quarta-feira e ontem no início da tarde entregou o documento a Ulysses Guimarães, mostrando nele a assinatura do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, e recolhendo por último a do relator Bernardo Cabral. Expedito Machado não escondeu sua surpresa com o fato, preferindo deixar a polémica de lado limitou-se a reconhecer que o documento encerrava suas gestões, só que acabou privilegiando o lado progressista do PMDB, que se preparava para a disputa da liderança com a intenção de conhecer a dimensão exata do outro lado. Ou seja, os progressistas ganharam duas vezes: com Jobim e constatando que os moderados não são homogêneos como apregoam.

# Definidas regras para o 2º turno

## Está proibida apresentação de Destaque para Votação em Separado

Ao distribuir ontem o pacote de normas regulamentadoras do segundo turno de votações aos constituintes, o presidente Ulysses Guimarães fez um apelo no sentido de que os parlamentares só apresentem emendas que considerem imprescindíveis, para que não ocorra um novo atraso desnecessário. "Há dispositivos progressistas reclamados por milhões de brasileiros. Não podemos retardar sua vigência", lembrou, rogando a colaboração de todos. Com o encerramento do primeiro turno, somente na próxima quinta-feira, dia 7, os parlamentares retornam ao plenário, para discussão da redação do texto final e início da apresentação das emendas. Cada parlamentar tem direito a quatro emendas e destaques.

Em termos de encaminhamento da votação nesta última etapa, a novidade é a proibição do requerimento de Destaque para Votação em Separado (DVS), o que a Mesa considerou incompatível nesta fase dos trabalhos. Assim, o que foi aprovado com no mínimo 280 votos no primeiro turno, só será retirado também com 280 votos ou mais. "Quando se trata de texto base, tem cabimento o DVS, porque importa em condição de seus subscritores para que o aprovem. Isso, entretanto, não vigora quando a matéria teve a aprovação da Assembléia Nacional Constituinte", explica Ulysses, na carta enviada aos constituintes.

Como a questão da permissão ou não do DVS gerou uma certa ansiedade entre os constituintes, o presidente Ulysses Guimarães frisou que não é admissível que uma parcela de constituintes invalide matéria já aprovada com 280 votos, postulando que a votação se repita.

O prazo de sete dias para que o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) apresente a redação das matérias

aprovadas no primeiro turno começa a ser contado a partir de hoje, mas a expectativa é que ele o faça na próxima segunda-feira, ganhando tempo. Publicação do texto do relator em avulsos e distribuídos aos constituintes, a matéria será incluída na Ordem do Dia durante cinco dias para discussão em segundo turno e apresentação das emendas.

Durante estes cinco dias de discussão, pela ordem de inscrições feitas antes da sessão, o constituinte poderá falar uma única vez durante 10 minutos, os líderes 20 minutos e o relator 30 minutos. Ao longo destes cinco dias de discussões, tomando por base o texto do relator, os constituintes apresentam paralelamente suas quatro emendas supressivas ou que visem sanar erros, omissões, contradições e correção de linguagem. O presidente Ulysses Guimarães encaminhou ainda um formulário onde explica detalhadamente os casos em que serão permitidas tais emendas.

Encerrado o prazo de discussão e apresentação de emendas, o relator tem mais cinco dias para elaborar seu parecer sobre as propostas apresentadas.

Numa outra tentativa de agilizar os trabalhos, as normas elaboradas pelo presidente Ulysses Guimarães determinam a votação do texto em bloco, não capítulo a capítulo como se previa. Serão ressalvadas apenas as emendas que vierem a ser destacadas pelos respectivos autores. As demais emendas, se não destacadas, serão votadas em dois blocos: com pareceres favoráveis do relator e outro com os pareceres contrários. As emendas que corrigem omissões, erros ou contradições, poderão ser votadas simbolicamente, sendo admitida, porém a verificação de quorum.

## Palavra de Ulysses: Texto é progressista

"É uma grande emoção para um homem como eu, de tantos episódios e de tantos movimentos na vida política deste país". Essa foi a manifestação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao deixar o plenário ontem à tarde, no encerramento da última sessão do primeiro turno. Ulysses estava emocionado e não escondeu a satisfação de concluir mais uma tarefa. Agradeceu o trabalho dos constituintes e recebeu aplausos. No clima de festa, posou para fotografias e o chamado grupo do "pinga-pingafogo", formado pelos recordistas em presença na Constituinte.

No momento em que encerrava as votações em primeiro turno, Ulysses já estava pensando na segunda fase dos trabalhos. Ele assegurou que "é natural que todas as expectativas se voltem para o segundo turno, pois começaremos as discussões dessa parte na próxima quinta-feira".

### AVALIAÇÃO

Ulysses disse que percorreu o País 26 vezes, por capitais e cidades do interior, e "sonhava" com a Constituinte. "Isso porque eu, evidentemente, como qualquer brasileiro, sabia que a luta contra o poder autoritário terminaria efetivamente removendo a maior parte do entulho, com a nova Carta constitucional".

Foi assim que ele começou a avaliar o trabalho concluído ontem, em primeiro turno. Depois, afirmou que sonhava com uma Constituinte "para a frente, atualizada; que não ficasse nas mansões, que fosse para os casebres, para as periferias, para os necessitados e os carentes desse país. E eu desejo dizer que o trabalho não está

terminado, mas o que já se conseguiu foi além do que eu esperava".

O presidente da Constituinte garantiu que não previa que fossem consagrados tantos institutos progressistas, nos vários setores da Constituição. E citou o que, para ele, é maior progresso da nova Carta — o prestígio que deverá ganhar o Poder Legislativo. "Esse poder terá guardadas as devidas prerrogativas — os poderes que tem o Congresso norte-americano".

Ulysses Guimarães garantiu que com as novas prerrogativas do Congresso "as decisões passarão a ser plurais, colegiadas. Não serão só do Presidente da República, nem dos seus ministros, nem, principalmente, de um sistema como esse que tivemos até agora. Nós teremos partilha de responsabilidades nas decisões por parte do parlamento".

Ulysses citou como exemplo um dispositivo que praticamente abre a nova Carta. E onde diz que o Brasil será uma democracia representativa e participativa. "Não é novidade a democracia representativa, pois isso já tínhamos consagrado desde a Constituição de 1824 e, principalmente, depois de 1891. Mas o importante é a palavra participativa. Faz leis não será privilégio só de deputados, senadores ou vereadores. Também o povo poderá participar e decidir, apresentando proposições, com um certo número de assinaturas".

A soberania do povo se recupera ainda mais, segundo as palavras de Ulysses Guimarães: "Isso através do instituto do plebiscito e pela homologação posterior, ou n-ao, de qualquer decisão tomada pelo legis-

lativo".

Pródigo em previsões do término dos trabalhos, sempre convocando os seus liderados para cumprir prazos jamais alcançados, ontem à tarde Ulysses Guimarães mudou completamente de tática. Bem mais próximo do fim, dos trabalhos, ele evitou falar em datas, lembrando que o prazo dependerá do número de emendas, "principalmente as emendas supressivas, que deverão versar sobre matéria da maior importância. Eu não sei quantas serão apresentadas e, por isso, fica difícil de fazer qualquer previsão. Mas acredito que no curso de agosto, e se não forem muitas emendas, seja viável pensar até na primeira quinzena desse mês".

Perguntado se 7 de setembro seria uma boa data, ele inverteu o tom da conversa, garantindo que "temos datas como 11 de agosto e 7 de setembro. Mas por que pensamos numa data que já existe? A promulgação da Constituição pode ser uma data — autônoma, independente e consagrada para o futuro".

Já depois de assumir a Presidência da República, na Base Aérea de Brasília, Ulysses declarou-se favorável às eleições municipais em dois turnos, como aprovou o Congresso, mas garantiu não estar contrariado com a decisão do presidente Sarney de vetar o dispositivo. Manifestou esperança de que a Justiça Eleitoral, por decisão própria, regulamente o segundo turno para as cidades com mais de 200 mil habitantes, já que a inovação está prevista na nova Carta. Para ele, os dois turnos nas eleições municipais são um teste para a aplicação definitiva nos pleitos de governador e Presidente da República.

## Emenda assegurará reeleição

RE-JANE DE OLIVEIRA Da Editoria de Política

O deputado Rubem Medina (PFL-RJ) anunciou ontem que apresentará emenda supressiva ao artigo 69 do projeto constitucional, que impede a reeleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado. Embora o autor diga o contrário, esconde-se por trás da emenda — que já tem a oposição dos três candidatos declarados ao cargo — uma manobra para viabilizar a reeleição do deputado Ulysses Guimarães à presidência da Câmara. Segundo um dos amigos do caelque peemedebista, o Palácio do Planalto tem "todo o interesse" em que Ulysses permaneça no posto, que lhe dá direito à Vice-Presidência da República.

Com a retirada da emenda José Agripino, que previa a eleição indireta do vice-presidente, cresceram ontem as especulações em torno do futuro ocupante do cargo depois que terminar o mandato de Ulysses, no dia 1º de fevereiro próximo. O quadro atual de candidaturas — desde que seja vedada a reeleição — favorece o deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), que entretanto já avisou que retiraria o páreo se tiver que disputar contra Ulysses.

Esta disposição o parlamentar cearense transmitiu ao próprio dirigente peemedebista em encontro que os dois travaram no início deste mês. Na conversa, segundo relato de Paes de Andrade, o

multipresidente teria se comprometido a manter distância das articulações em torno de sua reeleição. "O que não significa que ele não venha a aceitá-la", afirmou um dos amigos de Ulysses.

Para o deputado Paes de Andrade, dificilmente a emenda Rubem Medina será aprovada, por dois motivos: em primeiro lugar, o artigo que a propõe quer suprimir foi aprovado por unanimidade em segunda, porque abriria precedente em relação às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. "O Brasil precisa do Dr. Ulysses é na Presidência da República", arrisca Paes.

Entre os parlamentares próximos a Ulysses, o raciocínio é exatamente o oposto. "Ele só terá chance de chegar ao Planalto se permanecer no centro dos acontecimentos. Neste sentido, a presidência da Câmara é um suporte da maior importância", afirmou um deputado nordestino ligado ao multipresidente. Este mesmo deputado alinhou pelo menos três argumentos que, a seu ver, justificam a reeleição do amigo no cargo.

— Antes de tudo, o próximo ano será marcado pela elaboração da legislação complementar à Constituição, ou seja, será praticamente uma continuação da Constituinte que Ulysses tão bem dirigiu. Além disso, a reeleição seria uma espécie de homenagem que a Assembléia lhe prestaria. Finalmente, a sua

permanência na vice-presidência da República é da maior importância para a transição democrática e interessa inclusive ao Governo — afirmou o parlamentar.

### OS CANDIDATOS

Entre os candidatos à sucessão de Ulysses, tais argumentos não encontram a menor ressonância. O deputado, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), por exemplo, entende que a reeleição é antidemocrática porque impede o "salutar rodízio" nos cargos públicos. "Só existe democracia com a alternância no poder", ensinou.

Ao contrário de Paes de Andrade, que já se considera praticamente eleito, Cardoso Alves preferiu não cantar vitória antes do tempo: "Sou um homem humilde". Mas dá indícios de sua estratégia ao admitir que poderá vir a apoiar-se na base parlamentar conservadora — ele é um dos principais líderes do Centrão. "O PMDB perdeu sua maioria na Câmara, de modo que a composição da Mesa já não será decidida numa reunião partidária. Vencerá quem também tiver apoio em outras legendas", advertiu.

Além de Paes de Andrade e Roberto Cardoso Alves, a presidência da Câmara tem um terceiro candidato declarado: o relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

## O CRONOGRAMA

De 1ª a 4 de julho: prazo estabelecido pelo relator para redação da matéria votada em primeiro turno. O prazo regimental é de sete dias, portanto, o trabalho do relator em tese poderá se estender até o dia 7 de julho.

Dia 5: publicação da íntegra.

De 6 a 10: prazo para apresentação de emendas. Neste período o plenário voltará a se reunir para discussão do texto apresentado pelo relator.

Dia 11: publicação das emendas apresentadas.

De 12 a 16: prazo para o parecer do relator quanto ao mérito das emendas apresentadas.

Dia 17: publicação do parecer do relator.

Dias 18 e 19: prazo para encaminhamento do pedido de destaque para as emendas apresentadas.

Dia 20: início da votação em segundo turno. Antes de apreciar as emendas, o plenário votará a íntegra do texto, ressalvados os destaques.

## Esquerda começa a preparar emendas

As lideranças dos partidos progressistas, desde o PT até o PMDB, estarão reunidas na terça-feira, quando o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresenta o texto final do primeiro turno, para preparar as emendas supressivas e a estratégia a ser seguida no segundo turno de votação. A principal preocupação será manter as conquistas já obtidas, mas os partidos de esquerda também pensam em suprimir alguns artigos.

Os progressistas vão concentrar esforços na manutenção justamente daqueles artigos visados pelo Centrão, como jornada de trabalho de 44 horas, licença maternidade de 120 dias, turno de revezamento de seis horas, nacionalização do subsolo e direito restrito de greve. Mas a tarefa destes partidos será facilitada pelo regimento interno, porque caberá ao Centrão conseguir 280 votos para suprimir estes dispositivos.

O levantamento dos arti-

gos a serem suprimidos pela esquerda ainda está sendo feito, mas suas lideranças já podem adiantar algumas pretensões.

E praticamente unânime, por exemplo, a vontade de suprimir o dispositivo, que proíbe a desapropriação de terras produtivas.

O senador José Bisol (PSDB-RS) está propondo a supressão do artigo que privatiza os cartórios. Com isso, seria repassada para os estados a atribuição de regular esta atividade.

O líder do PCB, Roberto Freire (PE), pensa em extinguir o domicílio eleitoral.

Freire também estuda, juntamente com líderes de outros partidos, a possibilidade de unificação das aposentadorias. Ficaria assegurada para todos os trabalhadores do setor público ou privado, a aposentadoria aos 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.

## Terra produtiva na mira de entidades

"Sem reforma agrária não há democracia". A palavra de ordem foi lançada ontem durante ato público realizado na Câmara dos Deputados que contou com a participação de diversas entidades ligadas à questão da reforma agrária e parlamentares interessados na causa. Foram distribuídos um manifesto dos trabalhadores rurais à Nação e uma carta aos constituintes sobre o segundo turno de votações na Assembléia.

No manifesto, as entidades fazem um alerta sobre a possibilidade de o latifúndio, sob a "armadura de propriedade produtiva", ficar excluído das desapropriações para fins de assentamento de trabalhadores sem-terra. E, no entender das entidades, "um nítido retrocesso" em relação à legislação vigente — herdada do regime militar — "é constituir um obstáculo à realização da reforma agrária e à democratiza-

ção da propriedade da terra no País".

No documento encaminhado às lideranças partidárias, entidades como Contag, CUT, Diap, Movimento dos Sem-Terra, Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e Comissão Pastoral da Terra pedem a correção do texto já aprovado, através da apresentação de emendas supressivas no segundo turno de votações. A principal delas seria a retirada da propriedade produtiva daquelas terras imunes à desapropriação.

O ato público foi presidido pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, e teve a participação de parlamentares do PMDB, PSDB, PT, PCB, PC do B, PDT e PSB, que se comprometeram a tentar reverter a situação no segundo turno das votações da Assembléia Constituinte.